

Políticas públicas de avaliação do ensino superior e seus significados produzidos pela mídia escrita*

Anamérica Prado Marcondes

Constata-se hoje na realidade brasileira uma grande preocupação com a avaliação de sistemas educacionais e com a avaliação institucional. Essa ênfase acompanha um movimento encontrado em países de todo o mundo e é reforçada pela atual legislação educacional no Brasil, que dá destaque à avaliação como condição essencial para o aperfeiçoamento e qualidade da educação. Nesse cenário observa-se especialmente a presença do poder público desencadeando processos de avaliação em todos os níveis, atrelados às discussões de qualidade e de políticas educacionais. No caso específico do ensino superior, foco do presente estudo, as ações são especialmente orientadas ao financiamento e credenciamento das instituições. Vemos então instalada a presença de debates sobre relações de poder, titularidade da avaliação, autonomia e missão da universidade, debates que têm como atores o Estado, as instituições públicas e particulares de ensino, bem como forças do setor econômico, como vem sendo analisado por estudiosos da área como Dias Sobrinho (2000), entre outros.

A intensa mobilização de instituições e estudantes ante as avaliações públicas desencadeadas pelos órgãos governamentais, tem transformado o tema em objeto da mídia, que vem desempenhando seu papel de alimentador da produção de sentidos da realidade, procurando expressar e construir objetos sociais. Tais acontecimentos vão entrecortando o cotidiano de pessoas e grupos nas instituições de ensino, em relações impregnadas por posições sociais, valores e ideologias e, nesse movimento, as representações sociais vão sendo construídas, reconstruídas ou mantidas e vão interferindo na orientação das condutas e das comunicações sociais.

* O trabalho foi orientado pela professora doutora Clarilza Prado de Sousa, coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Os sistemas de comunicação, como têm revelado estudos na área (Moscovici, 1976; Cole, 1999, 2001; Guareschi, 2000; Rouquete, 1989, Vala, 2000, entre outros), colocam-se como um dos elementos fundamentais na mediação das interações humanas, interferindo na produção de significados, na construção de saberes partilhados e nas legitimações. Diante disso, torna-se fundamental para os educadores o desvelamento desses aspectos presentes na complexa realidade pública, a fim de subsidiar uma prática consciente e transformadora.

A partir dessas preocupações, foi realizado o presente estudo, que tem como objetivo principal compreender, sob o enfoque da teoria das representações sociais, o processo de produção de significados veiculados pela mídia escrita sobre o trabalho de avaliação do ensino superior desencadeado pelo governo federal.

Acreditamos que as conclusões do trabalho irão subsidiar a compreensão dos processos de construção, manutenção e transformação das representações sociais e das condutas de pessoas e grupos que vivem o processo avaliativo nas instituições de ensino superior.

A hipótese básica do estudo, referenciada na classificação dos sistemas de comunicação, indicada por Moscovici (1976), em Difusão, Propaganda e Propagação, é a de que, embora alguns veículos de comunicação se apresentem como tendo propostas editoriais que se dirigem para um sistema de comunicação caracterizado como Difusão, na verdade eles se manifestam como sistema de Propagação, na mediação dos sentidos de determinados objetos sociais.

A pesquisa teve como base de dados as publicações sobre a temática da avaliação no ensino superior no período de 1999 e 2000 por dois jornais: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, considerados como veículos de maior circulação no Brasil.

A metodologia utilizada foi orientada pelo "Referencial metodológico para análise de representações midiáticas", de Marcondes, Pinto e Tavares (2001), que permite ultrapassar o foco exclusivo no discurso publicado. Foram então utilizados os quatro procedimentos básicos interdependentes e complementares previstos pelo referencial, que se interpenetram e se complementam e vão permitindo desvelar a manifestação dos veículos de comunicação estudados. Os procedimentos incluíram os seguintes encaminhamentos da análise: 1. Caracterização do objeto social em foco e do meio de comu-

nicação eleito; 2. Interlocução com o fenômeno; 3. Arqueologia da comunicação; 4. Sistema de comunicação. Os dois primeiros procedimentos ajudam a organizar os elementos veiculados pelos meios de comunicação sobre o objeto social pesquisado, no caso, sobre a avaliação institucional oficial, para possibilitar a análise dos processos de objetivação e ancoragem das representações veiculadas e do modo de comunicação predominante.

Caracterização do objeto social em foco e do meio de comunicação eleito

O objeto social em foco: DO QUE SE FALA?

O objeto social em pauta foi a Avaliação Institucional da Graduação no ensino superior do país, que vem fazendo parte da política educacional pública desencadeadora de processos de avaliação atrelados ao discurso da qualidade. Em menos de uma década, passamos a conviver com avaliações nos diferentes níveis de ensino, realizadas pelos poderes federais, estaduais e até mesmo municipais. Foram instituídos, no âmbito federal, o Saeb (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), o Enem (Sistema de Avaliação do Ensino Médio) e a nova modalidade de avaliação no ensino superior, ao lado da avaliação da Pós-graduação, que há mais tempo vinha sendo realizada pelo poder público.

Especificamente na graduação do ensino superior, constata-se a convivência de dois modelos avaliativos propostos pela esfera federal, que expressam concepções diferentes de educação, sociedade e missão de universidade. De um lado o Paiub (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), instituído em 1993, portanto pelo governo anterior, apresentando um caráter participativo, emancipatório e prevendo processos de auto-avaliação. De outro lado o Exame Nacional de Cursos (Provão) e a Análise dos cursos de Graduação pelas Comissões de Especialistas, instituídos em 1996 pelo governo, com ênfase nos resultados, no controle e na regulação. Este segundo modelo avaliativo tem recebido especial ênfase e continua sendo realizado e ampliado até o presente. Implica uma avaliação anual do rendimento escolar dos alunos, bem como a presença das comissões do MEC nas escolas, para análise das condições de oferta para o ensino, resultando numa classificação das instituições.

A temática das avaliações desencadeadas pelo poder público tem tido cobertura da mídia através dos diferentes sistemas de comunicação, que atuam como fonte do pensamento social e produtor de sentidos, enquanto respondem ao interesse da sociedade que espera e cobra resultados das instituições de ensino em relação à qualidade da educação oferecida.

Para analisar o tratamento dado ao tema pelos meios de comunicação, elegemos a mídia escrita e, especificamente, dois jornais, por suas características de grande circulação no Brasil e que têm sua abrangência ampliada pelo fato de pertencerem a redes de comunicação que integram outras modalidades de mídia, além de apresentarem uma estrutura de fornecimento de matérias para outros veículos do país. Trata-se, como já indicamos, da *Folha de S. Paulo* e do *O Estado de S. Paulo*.

O jornal *Folha de S. Paulo*, fundado em 1921, é vinculado ao grupo Folha, cujo controle acionário é do empresário Octávio Frias de Oliveira. Reconhecido desde 1996 como o jornal de maior circulação do país, tem adotado uma política de expansão com sucesso nos últimos anos, na medida em que se tornou proprietário da UOL e de jornais especializados, assim como mantém sucursais, cadernos regionais, larga rede de correspondentes e constitui fonte de matérias para todo país. Segundo os projetos editoriais explicitados e divulgados pela própria *Folha*, até 1981, o jornal manteve a preocupação com a informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos. Em 1984, quando se engajou enfaticamente na campanha pelas eleições diretas para o governo do país, passou a assumir um modelo jornalístico crítico, pluralista, apartidário, reconhecendo-se menos conservador e sensível aos movimentos de opinião pública. Esse modelo foi mantido em 1985 e 1986, segundo consta no editorial, procurando adequar-se à fase de implantação do regime democrático e associando uma ênfase especial na expansão de público com ajuste de técnicas jornalísticas, o que também caracterizou o projeto dos anos subseqüentes. O projeto editorial de 1997 (último divulgado) situa o jornal na lógica do mercado das comunicações, buscando espelhar as expectativas de um consumidor estatisticamente médio com diferentes interesses, caracterizando sua essência como "um panorama dos principais acontecimentos da véspera tal como filtrado por uma personalidade editorial coletiva".

Alguns desses aspectos explicitados pelo projeto editorial da *Folha* são confirmados por Conti (1999) em suas análises sobre as relações da imprensa com o poder público no Brasil, como o posicionamento pluralista adotado no final da década de 1970, abrindo espaço, inclusive, para posições da esquerda e a importância da participação em 1984 no movimento das eleições diretas contribuindo para o sepultamento da ditadura. Comenta, entretanto, Conti que até então o jornal nunca havia apresentado uma participação histórica decisiva e que esse posicionamento associado a uma política de expansão, fortaleceu a *Folha* em sua busca pelo aumento de influência no poder, quase monopolizada pelo seu concorrente o *Estado de S. Paulo*, do qual ganha a liderança de maior circulação a partir de 1986.

O jornal *O Estado de S. Paulo* (Estadão), por sua vez, é bem mais antigo que a *Folha*, tendo sido fundado em 1875 e dirigido pela família Mesquita desde 1891. Até 86 foi o jornal de maior circulação do país e foi reconhecido como um dos 20 melhores jornais do mundo, em pesquisa feita nos Estados Unidos. Pertence ao Grupo Estado, que integra diversas empresas coligadas, o que amplia ainda mais sua abrangência e público. O grupo inclui outro importante jornal com grande tiragem, além de rádios voltadas para a informação e uma agência *on line* fornecendo informações e fotos para mais de 300 jornais, rádios e tevês do país. Também mantém serviços de informações sobre o mercado financeiro, agrobusiness e corporativo, divulgando notícias e cotações em tempo real. Na divulgação pública de suas características, o "Estadão" se mostra como veículo defensor da independência, das instituições, das liberdades democráticas e da moralização dos costumes políticos, preservando as origens de sua fundação por um grupo de republicanos. Salienta como parte de sua história um enfrentamento com a censura em função das teses defendidas, como: institucionalização do voto secreto, democratização do ensino e leis trabalhistas mais dignas, na década de 1910; contra o militarismo durante a Primeira Guerra Mundial; contra as arbitrariedades da ditadura Vargas, o que lhe acarretou intervenção durante 5 anos; desentendimentos com governo militar, negando-se à autocensura, com a conseqüente presença de censores no jornal.

Em suas análises Conti (1999) mostra o "Estadão" como possuidor de uma voz forte na política até 1974 e confirma aspectos de seu projeto editorial como as posições explícitas de adesão ou combate a causas e ao poder instituído, como a defesa do movimento constitucionalista de 32, a resistência

a Vargas, lembrando, porém, que o jornal deu apoio ao golpe militar, com posterior rompimento. Completa o autor que em 1988, devido à perda de sua posição como jornal de maior circulação no país para a *Folha*, investiu na mudança da proposta jornalística, revendo aspectos técnicos e buscando maiores possibilidades de debates.

As apresentações dos dois jornais evidenciam que, embora tenham em comum serem de grande circulação, apresentam propostas diferentes de relações com o público.

Interlocução com o fenômeno

A realização do estudo envolveu o levantamento de toda a matéria sobre avaliação institucional no ensino superior publicada pelos jornais eleitos, no período de 1999 e 2000, tendo sido compiladas 263 publicações, sendo 123 da *Folha* e 140 do "Estadão". Os dados de cada periódico foram analisados levando em conta diferentes elementos que compõem a especificidade do tratamento impresso ao assunto pelo meio de comunicação. Assim sendo, foram considerados o destaque atribuído ao tema, os formadores de opinião envolvidos, as fontes de informação, o conteúdo e a forma de apresentação do discurso, as linguagens utilizadas, as omissões, entre outros.

Para análise do conteúdo dos textos e como mais um recurso no delineamento de categorias, foi utilizado o *software* "Logiciel Alceste, 4.5".

Numa etapa posterior do encaminhamento da análise, foi feita uma comparação entre as formas de tratamento dos dois jornais, o que possibilitou perceber pontos comuns e diferentes entre os mesmos enquanto sistemas de comunicação, o que será relatado a seguir.

Formadores de opinião e fontes de informação: QUEM FALA?

Foram identificados os formadores de opinião e as fontes de informações como os agentes sociais escolhidos pelo jornal para se expressarem sobre o tema através de falas particulares ou dando suporte aos jornalistas da área na apresentação da notícia. Conhecer essa seleção e a organização da sua apresentação foi fundamental para o desvelamento dos sentidos e das representações, dada a sua condição orientadora da direção da mediação na construção do objeto social.

Em ambos os jornais constatamos a presença das seguintes fontes:

- Jornalistas da área da educação e articulistas do jornal;
- Representantes de órgãos públicos: Ministro da Educação, Presidentes ou ocupantes de cargos no MEC (Ministério de Educação e Cultura) e em outros órgãos oficiais como CNE (Conselho Nacional da Educação), Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), SEsu (Secretaria do Ensino Superior);
- Representantes de entidades da sociedade civil, tanto das instituições escolares (como Semesp, Andes, Andifes, Anup), como de profissionais (como OAB, Cremerj) e de estudantes (como UNE, Enecos, Cinaem, Denem);
- Representantes das universidades públicas e particulares de ensino superior, como reitores, diretores, coordenadores;
- Especialistas em debate sobre a educação.

Percebeu-se uma diversidade de fontes incluindo associações, dirigentes e alunos, todos envolvidos com a questão da avaliação institucional. Houve, porém, o predomínio das falas oficiais e principalmente do Ministro da Educação, Paulo Renato de Sousa, ocorrendo portanto apenas uma variedade aparente. Houve manifestação de articulistas, mas que abordaram o assunto dentro do contexto geral da educação. Não foram ouvidos especialistas em avaliação.

Pode-se também constatar que o jornal *O Estado de S. Paulo* ampliou e diversificou as entidades da sociedade civil ouvidas, além de ter aberto mais espaço para a manifestação das instituições públicas, que em muitos casos se opunham à proposta governamental de avaliação.

Discurso, localização da informação e dimensão: COMO FALA?

Quanto ao discurso

A análise da organização do discurso pelo jornal, considerando o conteúdo textual, as formas de apresentação, as diferentes linguagens utilizadas nos deu elementos para desvendar aspectos simbólicos impregnados na comunicação.

Assim sendo, quanto ao conteúdo, o *corpus* de cada jornal foi analisado utilizando-se, como um dos recursos para definição de categorias, como já foi mencionado, o *software* "Logiciel Alceste, 4,5". Este programa, através de testes estatísticos, construiu agrupamentos de palavras significativas, contribuindo para a identificação de grandes categorias que orientaram a análise da estrutura e dos sentidos dos textos.

Em relação ao conteúdo, foram observados muitos pontos em comum entre os dois jornais. Os elementos enunciados foram então organizados em quatro categorias ou blocos de sentidos que caracterizamos como: A – Classificação/Ranking; B – Controle estatal/Estado avaliador; C – Critérios de qualidade; e D – Avaliação e qualidade de ensino.

Categoria A: Classificação/Ranking, expressando as informações divulgadas sobre os resultados quantitativos das avaliações, as classificações e *ranking* das instituições, as comparações entre elas, associadas à qualidade da educação. Também incluiu aspectos referentes à adesão e ao boicote à prova e o sentido dela para o aluno em termos da escolha da instituição e de sua vida profissional.

Categoria B: Controle estatal/Estado avaliador, expressando conteúdos relativos à presença do Estado avaliador nas instituições, seu poder e rigor para fechamento, descredenciamento, autorização, renovação e financiamentos de cursos em função dos resultados das avaliações e para garantir a qualidade dos cursos. As avaliações referiam-se tanto às provas de rendimento escolar realizadas pelos alunos, como às análises das condições de oferta das instituições, feita pelas comissões de especialistas designadas pelo MEC através de visitas *in loco*. Nos dois jornais houve um destaque para o desentendimento entre os órgãos governamentais quanto às ações punitivas, sendo que o jornal *O Estado de S. Paulo* privilegiou o apoio à flexibilidade do controle.

Categoria C: Critérios de qualidade, expressando os critérios adotados pelo governo para julgar a qualidade do ensino ministrado pelas instituições, em relação quer aos conhecimentos avaliados nas provas, quer aos quesitos considerados pelas comissões de avaliação: qualificação do corpo docente, organização didático-pedagógica, instalações físicas e infra-estrutura. Nessa categoria foram evidenciadas críticas e apoios aos critérios adotados.

Categoria D: Avaliação e qualidade de ensino, expressando os debates relativos à utilização dos mecanismos da avaliação e do controle para garantir

a qualidade de ensino. Nesse contexto, foram analisadas questões sobre a competição como estímulo à melhoria da instituição, sobre as regras de mercado associadas à missão da universidade, passando pelas polêmicas da autonomia e do controle estatal das instituições e pelo debate sobre o ensino público e privado. O jornal "Estadão" apresentou ênfase em conteúdos de apoio ao ensino particular. Também foi possível perceber que apenas este jornal abriu espaço, embora pequeno, para a apresentação de um modelo alternativo de avaliação, mais voltado para a participação e a emancipação. Diante disso, pode-se afirmar que essa discussão foi praticamente omitida pelos periódicos.

Quanto à forma de apresentação dos discursos, constatou-se uma diferenciação entre os dois jornais, sendo que especialmente a *Folha de S. Paulo* fez ampla utilização de outras linguagens, como tabelas, gráficos e fotos explicitando de forma mais concreta e diferenciada, especialmente os conteúdos referentes às categorias A, B e C. Verificou-se que os dois jornais deram mais ênfase aos conteúdos relativos à apresentação do modelo avaliativo governamental, tendo o "Estadão" apresentado um grande volume de matéria sobre esses aspectos (66,32% da matéria veiculada) e a *Folha* priorizou-os pela forma de apresentação e também pelo volume considerável de assuntos (56,7%).

Localização dos assuntos no jornal

Foi possível verificar que assuntos das Categorias A, B e C foram localizadas no "Caderno Cotidiano" e no "Caderno Especial-Jornal do Provão", no caso da *Folha*, e na parte "Geral-Educação" do primeiro Caderno, no caso do "Estadão", ocupando locais de destaque como páginas ímpares. Assuntos ligados à Categoria A foram estampados na primeira página dos dois jornais, sendo que no "Estadão" a maioria da Categoria B recebeu chamada na primeira página.

Especificamente matérias da Categoria D, referentes aos debates sobre o tema, foram apresentadas, em sua maioria, em folhas pares nas sessões reservadas aos articulistas (no "Editorial" e "Tendências e Debates" na *Folha* e no "Espaço Aberto" no "Estadão").

Quanto à época de apresentação, observou-se que as Categorias A, B, C eram tratadas nos meses próximos à divulgação dos resultados, enquanto a Categoria D se distribuiu ao longo do ano. Nos dois anos pesquisados as categorias receberam semelhante destaque, com exceção da Categoria D, que

no "Estadão" teve uma diminuição sensível na veiculação em 2000 e, quando existente, manteve a defesa da escola particular. A questão do Controle estatal foi mais enfatizada em 2000 pelos dois jornais quando debatiam as ações governamentais diante dos resultados das instituições.

Arqueologia da comunicação

A partir de uma leitura fundamentada especialmente nos processos de objetivação e ancoragem das representações sociais, foi estudado como o veículo integrou os elementos apresentados nas análises dos itens 1 e 2, para produzir a imagem e os sentidos da Avaliação Institucional oficial da graduação.

Constatou-se que o tema foi veiculado com destaque pelos dois jornais, com um grande volume de artigos e matérias extensas, sendo inclusive objeto de Caderno Especial pela *Folha*, nos períodos de realização das provas pelos alunos. Embora tenham sido apresentadas algumas opiniões divergentes, ficou evidente a postura favorável dos jornais em relação ao modelo de avaliação estatal, especialmente expresso através de falas de representantes oficiais, como o Ministro da Educação e outros ocupantes de cargos públicos que tiveram predomínio no universo de opiniões e em editoriais. Menor espaço, especialmente na *Folha*, foi oferecido para manifestação de dirigentes de universidades públicas e de entidades da sociedade civil, assim como não foram ouvidos especialistas em avaliação.

Os discursos foram organizados em blocos de sentido, com o predomínio de algumas idéias centrais, que foram sendo expressas sistematicamente por palavras com forte significado social e próximas das ações. Assim, na categoria "Classificação e Ranking", predominaram palavras como nota, desempenho, prova, melhor, maior, menor, mercado. Na categoria "Controle estatal/Estado avaliador", foram enfatizadas palavras como Ministro, MEC, CNE, Comissão de avaliação, Conselho, fechamento, descredenciamento, autorização, renovação, decisão, recomendação, malha fina, qualidade. Na categoria "Critérios de Qualidade", foram destacadas: quesitos, qualificação, corpo docente, titulação, organização didático-pedagógica, instalações físicas e infraestrutura. Na categoria "Avaliação e qualidade de ensino", houve destaque para palavras como governo, autonomia, controle, mercado, ensino superior, crescimento, público, privado e dirigentes.

Os assuntos ligados às categorias A, B e C receberam localização privilegiada no jornal, associada ao uso de outras linguagens, como tabelas, gráficos e fotos, pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Embora presentes durante a maioria dos meses do ano, houve pequeno destaque para os debates, em geral relacionados à categoria D e localizados em folhas pares nas sessões reservadas aos articulistas, espaço que é lido por pequena parte do público.

Esses elementos constituíram a objetivação da Avaliação Institucional pública da graduação, num processo em que as informações foram sendo abstraídas, o excesso de significados absorvido, modelando sua concretização em imagem que pôde ser expressa no diagrama apresentado a seguir. O uso de outras linguagens, especialmente pela *Folha*, teve um papel essencial nesse processo.

Com relação à ancoragem, evidenciando as formas socialmente funcionais que vão dar suporte à representação social da avaliação veiculada, pudemos constatar a ênfase nos seguintes aspectos: – destaque a um modelo de avaliação fundado na quantificação, classificação e controle, vinculado ao financiamento e credenciamento; – controle avaliativo como condição para a qualidade de ensino; – reforço da ideologia da competição e incorporação das regras de mercado na discussão da missão da universidade, da questão do público e privado e da autonomia universitária; – ausência de um modelo alternativo de avaliação com característica participativa e emancipatória, que se sustenta na reflexão crítica.

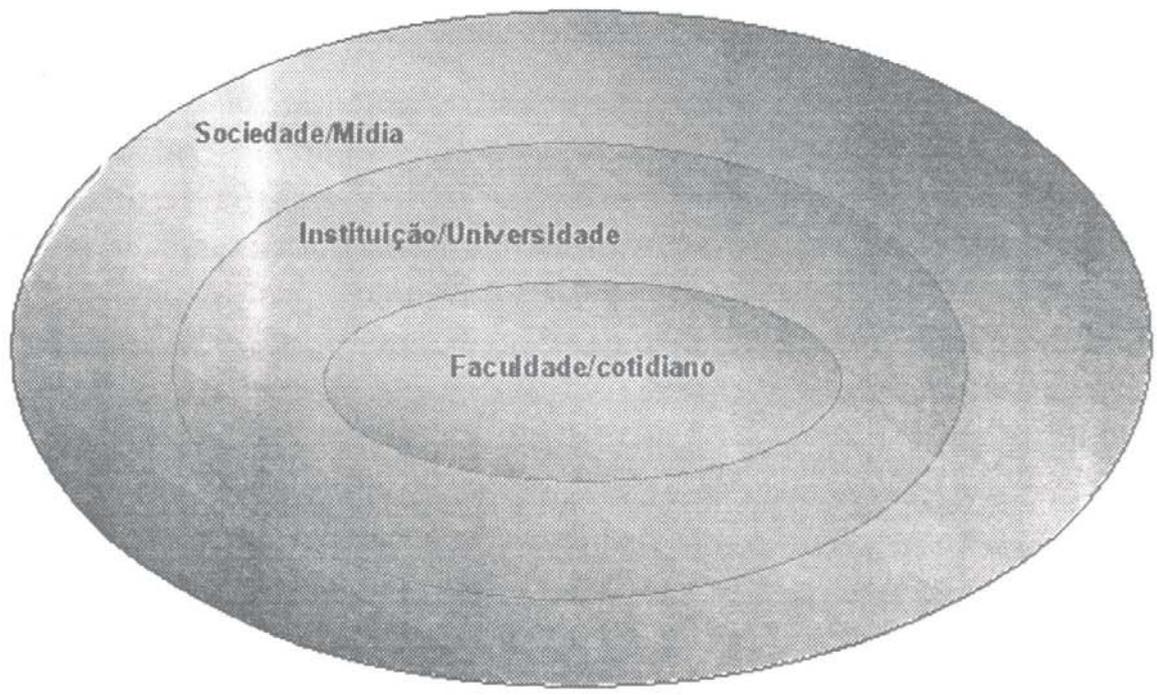
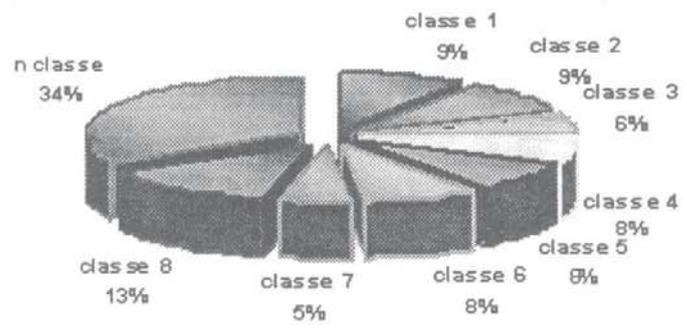
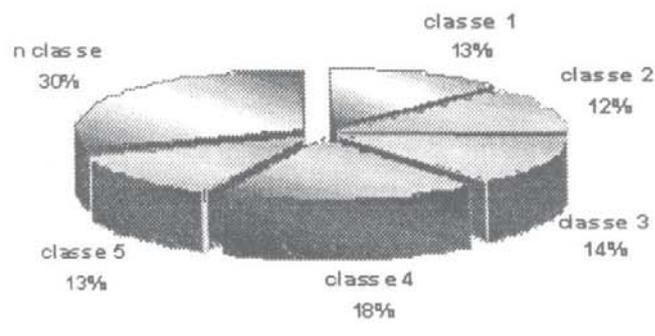
Sistemas de comunicação

A partir das análises anteriores foi possível sintetizar como está organizada a relação entre emissor e receptor, como está sendo modelada a produção de sentido e a representação midiática sobre a avaliação institucional, bem como as possibilidades de influência na formação/reformulação/manutenção de condutas, aspectos esses que definem os sistemas de comunicação.

Com base nos dados da pesquisa, foi então retomada a questão inicial relativa à caracterização dos jornais como sistema de comunicação: Difusão ou Propagação?

Conforme já salientado, os dois jornais em foco se auto-apresentam com características diferentes, sendo:

– O jornal *Folha de S. Paulo* como de grande circulação, com uma trajetória histórica de relações com os leitores através de um modelo jornalístico



que foi se estruturando como pluralista, crítico e apartidário, voltado para o debate, procurando atender à heterogeneidade de público e com metas de maior expansão. Mostra, portanto, uma auto-imagem com características muito próximas de um sistema de Difusão, assim denominado por Moscovici (1976).¹

– O jornal *O Estado de S. Paulo*, com uma tradição de defesa clara das idéias liberais, de posicionamentos contundentes e existenciais, que faz dele um veículo dirigido a um público cativo e definido. Embora de grande circulação e num processo de busca de abertura de debates e ampliação de público, sua história permite situá-lo muito próximo de um modo de comunicação chamado de Propagação por Moscovici (1976).²

A análise das relações entre emissor e receptor nos dois periódicos explicitou, entretanto, uma grande aproximação entre seus modos de comunicação na expressão e construção do objeto social estudado, objeto este considerado de grande relevância e relativamente novo no debate social. Nesse processo, os jornais estudados exerceram uma função reguladora junto ao objeto, modulando-o num quadro teórico único adotando o modelo governamental. Não foi, portanto, oportunizado o debate sobre a questão da avaliação institucional, com heterogeneidade de posições quanto às questões técnicas, políticas e relativas à missão da universidade e à qualidade do ensino.

O predomínio de falas dos representantes oficiais, o pequeno destaque dado aos debates, a ênfase na competição e na incorporação das regras de mercado às questões educacionais, o tratamento ideologizado dado ao tema, foram alguns dos elementos que permitiram visualizar a direção dos significados expressos pelos dois jornais, mediando e legitimando a ideologia neoliberal.

- 1 Os sistemas de Difusão, conforme apresenta Moscovici (1976), caracterizam-se por uma proposta de familiarizar e enraizar um objeto na realidade social. Próprio dos veículos de grande tiragem, buscam colocar um assunto importante e relevante em pauta. Revelam um movimento de diálogo e distanciamento do público pautado pelo interesse em vender o jornal, para atrair o leitor, não manifestando intenções definidas para moldar condutas.
- 2 O sistema de Propagação, conforme apresenta Moscovici (1976), dirige-se a um grupo determinado e procura ajustar as análises de um novo objeto social às suas idéias, ou seja, a um quadro preexistente de posições políticas e teóricas. Dispõe-se a estabelecer normas e convergências a uma doutrina aceitável pelo receptor, tendo uma função reguladora com o objeto social, mas não se propõe a moldar condutas.

Essa direção adotada revelou que o jornal *O Estado de S. Paulo*, apesar de ter ampliado o debate, manteve suas características tradicionais de comunicação, enquanto o jornal *Folha* mostrou uma mudança de perfil quanto ao modo de comunicação na mediação dos sentidos da avaliação institucional.

Tais constatações vieram consolidar a principal hipótese do estudo, evidenciando que alguns jornais, como o caso da *Folha de S. Paulo*, propalam-se com características de Difusão e vão se travestindo como sistema de Propagação, constituindo-se matriz de opinião, legitimando, para determinado público, ideologias e valores.

O estudo também possibilitou salientar que a presença de dois veículos de grande aceitação nacional adotando uma mesma direção para difundir significados e representações sobre a avaliação institucional tem grande influência na constituição desse objeto social junto à opinião pública, reificando-o com moldagem única.

Resumo

O estudo tem como objetivo compreender, sob o enfoque da teoria das representações sociais, o processo de produção de significados veiculados pela mídia escrita sobre a política de avaliação do ensino superior desencadeado pelo governo federal. A metodologia se orientou pelo "Referencial metodológico para análise de representações sociais midiáticas", de Marcondes, Pinto e Tavares, e teve como base de dados os artigos publicados pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* nos anos de 1999 e 2000. Os elementos da análise permitiram visualizar a direção dos significados expressos pelos veículos estudados, mediando e legitimando a ideologia neoliberal presente no modelo governamental.

Palavras-chaves: ensino superior; avaliação; representações sociais; mídia; políticas públicas.

Abstract

The purpose of this study is to understand the production process of the meanings that are disseminated by the written media about the Federal Government's policy of assessment of university courses, based on the Social Representation Theory. The methodology orientation was based on the Methodological Framework for the Analysis of the Social Representations Found in the Media, proposed by Marcondes, Pinto and Tavares. The data were the articles published

in 1999 and 2000 by the newspapers Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo. The analysis revealed the direction of the meanings expressed by the newspapers, mediating and legitimizing the neo-liberal ideology that is present in the governmental model.

Key-words: university courses; assessment; social representations; media; public policies.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo comprender, de acuerdo con el enfoque de la teoría de las representaciones sociales, el proceso de producción de los significados transmitidos por los medios de comunicación escritos relativos a la política de evaluación de la enseñanza superior implementada por el gobierno federal brasileño. La metodología se sostiene en la referencia metodológica para el análisis de las representaciones sociales mediáticas de Marcondes, Pinto y Tavares, utilizando como base de datos los artículos publicados por los diarios Folha de S. Paulo y O Estado de S. Paulo durante los años 1999 y 2000. Los elementos de análisis permitieron visualizar la dirección de los significados expresados por los medios estudiados en pro de la legitimación de la ideología neoliberal presente en el modelo gubernamental.

Palabras claves: enseñanza superior; evaluación; representaciones sociales; medios de comunicación; políticas públicas.

Referências

- Cole, C. S. (1999). La representación de lo pedagógico en el discurso mediático. *Akadosmos*, Universidad Central de Venezuela, año 1, n. 2, pp. 67-87, julio-diciembre.
- _____. (2001). "La representación mediática. Un enfoque teórico". In: Calonge, S. e Casado, E. *Conocimiento social y sentido comun*. Caracas, Fondo Editorial de la Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela.
- Conti, M. S. (1999) *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Dias Sobrinho, J. D. (2000). *Avaliação da Educação Superior*. Petrópolis, Vozes.
- Guareschi, A. (org.) (2000). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis, Vozes.
- Marcondes, A. P.; Nascimento, I. P. e Tavares, M. (2001). *Referencial metodológico para o estudo das representações midiáticas*. In: II JORNADA INTERNACIONAL SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, QUESTÕES METODOLÓGICAS. Florianópolis, SC, setembro.

- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris, PUF.
- Rouquette, M. L. (1986). La comunicación de masas. In: Moscovici, S. *Psicología Social, II, Pensamiento y vida social; Psicología social y problemas sociales*. Barcelona, Paidós.
- Vala, J. et alii (2000). "Objetivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita". In: Oliveira, D. C. et alii (orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia, GO.

Anamérica Prado Marcondes
Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados
em Educação: Psicologia da Educação – PUC-SP
E-mail: nicaname@uol.com.br